

A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista

The proposal for school reorganization of the São Paulo government and the secondary school student movement

*Evaldo Piolli**

*Luciano Pereira***

*Andressa de Sousa Rodrigues Mesko****

RESUMO

O texto analisa a proposta de reorganização escolar do governo estadual e as características do movimento de ocupação das escolas promovidos pelos estudantes secundaristas. Partimos de uma análise do projeto, situando-o no contexto das políticas educacionais do Estado de São Paulo para, em seguida, analisarmos a resposta dos estudantes à proposição do governo. Para tanto, apresentamos as primeiras análises das entrevistas em grupo focal realizadas com estudantes que participaram do movimento das ocupações de escolas em dois municípios do interior do Estado. A partir do depoimento dos estudantes, procuramos descrever as características do movimento, o modo de organização e a pauta estudantil. O movimento propiciou a politização dos estudantes e o aprendizado sobre as formas de luta e organização de um movimento social. Para além da crítica e resistência à proposta governamental, os estudantes ampliaram as suas pautas, introduzindo questões e temas não pelo modelo gerencial proposto pela Secretaria. Considera-se que o modo de organização das ocupações possui elementos que devem ser levados em conta na elaboração de uma proposta alternativa às concepções *gestionárias* que hoje estão sendo implantadas pela Secretaria de Educação do Estado.

Palavras-chave: Reorganização Escolar. Política Educacional. Movimento Secundarista. Movimentos Autônomos.

ABSTRACT

This paper analyzes the proposals made by the State government concerning the public schools reorganization as well as the characteristics regarding the students' school occupancy movement. We start by analyzing this government's project, and also situating it upon the São Paulo State government's educational policies. Hence we may finally analyze the students' response to the government's project. We therefore present the first analysis on the group interviews that were given by the students who participated in the schools occupancy movement that took place in two cities of the São Paulo State countryside. From what we were able to learn from the students' testimonies, we attempted to thoroughly describe the movement's characteristics, its way of organizing and also the student's guidelines. Going even beyond their criticism and resistance to the government proposals, the students were able to amplify their demands by introducing new questions and themes. We thus consider that these students' ways of getting organized have elements that must be accounted for on the elaboration of a new alternative proposal which ought to be different from the management conceptions that have been implemented by the São Paulo State Secretary.

Keywords: School Reorganization. Educational policies. Students' Movement. Autonomous Movement.

* Evaldo Piolli é sociólogo e professor efetivo do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. É líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde e Subjetividade - NETSS. E-mail: epiolli@yahoo.com.br

**Docente da Faculdade de Educação da Unicamp e pesquisador da área de movimentos sociais. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre movimentos autonomistas e sobre a ecologia política de movimentos rurais. E-mail: msocial@unicamp.br

***Professora da Educação Básica do Estado de São Paulo, mestrande no PPGE da Faculdade de Educação da Unicamp e membro do Coletivo Quinze de Outubro. E-mail: andressamesko@yahoo.com.br

Introdução

O trabalho que segue apresenta o resultado das primeiras análises da pesquisa “O movimento estudantil secundarista frente ao plano de reorganização da rede estadual de ensino de São Paulo de 2015”. Essa pesquisa tem por objetivo analisar as características da resistência estudantil no processo de ocupação das escolas diante da proposta de reorganização. No entanto, com a finalidade de contextualizar os leitores, consideramos fundamental esclarecer os fundamentos dessa proposição do governo.

A proposta de reorganização da rede estadual ocorre na esteira do conjunto de reformas educacionais que integram um contexto mais amplo de reforma do aparelho de Estado, iniciado nos anos 1990, sob orientação dos critérios de racionalização dos serviços públicos da “Nova Gestão Pública” (BRESSER-PEREIRA, 1998). As reformas engendram amplos processos de desconcentração, descentralização, *publicização*, privatização, terceirização, controle e avaliação dos serviços prestados pelo Estado. Segundo esse ideário, a educação seria um serviço não exclusivo do Estado. Assim, consideramos que sob tal critério gerencial é que foram criadas as condições para que o setor empresarial e os agentes privados passassem a disputar maior espaço e a interferir na tomada de decisão dentro da agenda educacional no âmbito federal, como também, nos âmbitos estadual e municipal.

Em São Paulo, o modelo de gestão típico da empresa privada de produtividade e qualidade tem sido adotado como paradigma para orientar muitos serviços públicos, submetendo-os a critérios quantitativos de indicadores e de *ranqueamento*. No que se refere às políticas educacionais, essas medidas acompanham também as tendências mundiais que compreendem a qualidade da educação atreladas à melhoria de indicadores e na posição em *rankings* comparativos, tais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Trata-se, pois, de uma agenda mundializada que conta também, desde a década de 1990, com influência maior dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, nessas políticas.

No Estado de São Paulo ao longo dos anos 2000, correspondente ao movimento ocorrido em âmbito federal¹, o setor empresarial passa a influir e a atuar como uma espécie de consultor da Secretaria de Estado da Educação. Essa participação se intensifica com o lançamento do Programa “Educação: Compromisso São Paulo” do atual governo². Os programas desenvolvidos como fruto dessa parceria, tem como critério o discurso da “qualidade da educação”

¹ O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, reforçou e estimulou, em âmbito federal, a aproximação do setor empresarial nas decisões relativas à educação e as tendências gerenciais centradas na “melhoria da qualidade”.

² São parceiros do programa: Instituto Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Comunidade Educativa Cedac, Instituto Hedging-Griffo, Fundação Itaú Social, Tellus, Parceiros da Educação, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), ICE (Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação), Instituto Península, Fundação Arymax e da consultoria internacional McKinsey & Company. (São Paulo, 2011). (SÃO PAULO – SEE, 2011)

fundado nos princípios da empresa privada restringindo essa concepção ao alcance de resultados.

O programa Compromisso São Paulo foi criado a partir do Decreto nº 57.571/2011 de dezembro de 2011 (SÃO PAULO, 2016) o qual estabeleceu a composição de seu Conselho Consultivo, no qual predominam representantes do setor privado. A quase totalidade desses representantes integram os “Parceiros da Educação” que é uma Organização da Sociedade Civil Pública (OSCIP) fundada em 2004. Essa organização tem como propósito de estabelecer parcerias entre empresas, empresários e as escolas da rede pública. Muitos desses parceiros do programa também compõem a Organização “Todos pela Educação”³, que atua em nível nacional.

Desde sua criação, o “Compromisso São Paulo” orientou toda uma política de reorganização da Secretaria para o qual obteve a colaboração e a consultoria das entidades acima relacionadas. Essas mesmas entidades colaboraram com o financiamento para a contratação da consultoria empresarial *Mckinsey* não apenas para essa tarefa, mas para assessorar a formulação da política educacional do Governo do Estado. Hoje este trabalho de assessoria tem sido desempenhado pela consultoria *Falconi*⁴.

A consultoria *Mckinsey* já atuou de forma semelhante, com apoio de diversas entidades privadas, entre elas a Fundação Gates, no processo de privatização e reorganização, no início dos anos 2000, na cidade de Nova York, durante a gestão do prefeito Michael Bloomberg e do secretário de educação Joel Klein. Ampliou políticas de responsabilização docente, incentivos ao pagamento por mérito, estreitamento curricular (linguagem e matemática) avaliação por testes padronizados. Mas, o principal foi a colaboração com a reorganização da secretaria de educação e das escolas. O secretário promoveu uma reorganização das escolas para maior controle vertical, transformando-as em escolas menores, sob o argumento de que escolas menores produzem melhores resultados. (RAVITCH, 2011)

No final de 2015, inspirados no modelo americano, os parceiros do Programa Compromisso SP, atuaram na proposição do projeto de Reorganização das Escolas que previa o fechamento de 92 escolas e a reorganização para segmento único de mais 754 escolas. Apesar da justificativa pedagógica por parte da Secretaria da Educação de que escolas menores produzem melhores resultados e de que a reorganização se fazia necessária em razão das mudanças na pirâmide etária da população em idade escolar. Como já apontamos, o projeto tinha um claro caráter gerencial que foi ocultado na sua proposição original.

Conforme Mesko e Piolli (2015) a Secretaria da Educação pretendia promover o enxugamento do quadro docente de forma assemelhada ao processo

³ Para ver a composição do “Todos pela Educação” acesse: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/>>

⁴ Consultoria privada de gestão que atua em empresas privadas e no setor público. Atuou no Programa Choque de Gestão durante os governos de Aécio Neves entre os anos de 2003 a 2010. Promoveu a reorganização gerencial do Estado segundo critérios de qualidade centrados em resultados e no corte de gastos.

de reorganização ocorrido, nos anos 1990, em São Paulo, quando foram fechadas 155 escolas e demitidos 20 mil professores. Além disso, pretendia por em ação sua proposta de Plano Estadual de Educação (PL 1083/2015)⁵ em dois pontos fundamentais:

1. Preparar a rede estadual para um segundo movimento de municipalização do ensino com transferência do ensino fundamental para os municípios, intensificando o processo de transferência de matrículas que vem ocorrendo desde a promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) em 1996 e do surgimento do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Essa intenção está explicitada na Meta 21 da então Proposta de Plano Estadual da Educação que o Governo enviou para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e;
2. Preparação da rede para um movimento de *publicização* e privatização do ensino médio tal com já vem ocorrendo em Goiás, Pará e Pernambuco, isso tanto nas escolas em tempo integral como também na proposta de flexibilização curricular. Esse movimento está previsto nas metas 6 e 22 do Plano.

O Plano de Reorganização foi adiado em razão da resistência estudantil e da intervenção do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado. Tal projeto sofreu forte resistência dos estudantes secundaristas, que promoveram um grande movimento de ocupação de mais de 200 escolas durante cerca de 60 dias.

A resistência dos estudantes, no entanto, transbordou a contestação ao plano de reorganização e colocou em evidência outros temas relacionados às escolas públicas no Estado. A pauta estudantil foi sendo ampliada no processo com denúncias referentes à falta de relações democráticas na escola, à precariedade das escolas, à falta de professores e com as aulas livres e os debates nas escolas ocupadas inseriu temas como: relações de gênero, racismo e homofobia, entre outros. O movimento fez emergir questões e temas não abarcados pelo modelo gerencial proposto pela secretaria. O modo de organização das ocupações estudantis pode ser pensado como uma alternativa às concepções gerenciais que hoje estão sendo implantadas pelo setor empresarial.

O movimento de ocupação das escolas e suas características

O movimento secundarista paulista pode ser definido como um movimento social autônomo porque possui as seguintes características: inde-pendência, horizontalidade, autogestão e utilização de táticas de desobediência civil e de ação direta. Os secundaristas que resistiram ao projeto do secretário da educação, Herman Voorwald, e do governador do Estado, Geraldo Alckmin, não são filiados a partidos políticos e não pertenciam a sindicatos ou organizações não-governamentais, nem recebiam financiamento de empresas ou de qualquer outra instituição. Muito embora tenham recebido apoio de membros e grupos ligados a partidos e às entidades estudantis, tais como a UBES (União Brasileira dos

⁵ Projeto aprovado na Assembleia Legislativa do Estado em 15 de junho de 2016.

Estudantes Secundaristas) e UNE (União Nacional dos Estudantes), as ocupações foram inteiramente controladas pelos próprios estudantes. Assim, as ocupações secundaristas foram apartidárias e, ao não recusarem o apoio logístico de partidos, não podem ser descritas como antipartidárias. Em algumas escolas, alguns apoiadores trouxeram bandeiras e demais símbolos partidários, assim que foram vistos pelos secundaristas, que pressentiram a possibilidade de cooptação, a assembleia deliberou pela retirada dos símbolos partidários.

Movimentos autônomos são movimentos autogeridos, ou seja, os próprios membros realizam o trabalho necessário para o surgimento e consolidação de uma campanha ou movimento. Há uma crítica à tradicional divisão do trabalho que separa concepção e execução, trabalho intelectual e trabalho manual. Diferentemente, as organizações políticas verticalizadas contratam trabalhadores assalariados para que executem tarefas necessárias para manutenção da campanha, tendo em vista o alcance das reivindicações. A autogestão foi uma das características marcantes das escolas ocupadas e perpassou as seguintes atividades: cozinha, segurança, limpeza. Não se tratava apenas de trabalho, pois a realização das atividades significavam a apropriação do espaço físico da escola e dedicação à beleza do lugar em que se passa tempo considerável do cotidiano, como demonstraram os mutirões de retirada de entulhos, de pintura da escola e manutenção de jardins.

Os movimentos autônomos criticam e se diferenciam dos movimentos tradicionais, especialmente, em um aspecto, qual seja, a distribuição de poder entre os membros do movimento. Entre partidos, sindicatos e movimentos tradicionais, a distribuição de poder é análoga a uma estrutura piramidal, isto é, o poder é concentrado no topo. A horizontalidade propõe que o poder seja distribuído igualmente entre os membros de um movimento. Não se trata de ausência do poder político e sim da concentração do poder em indivíduos e grupos. As críticas ao poder instituído não são feitas em nome da negação pura e simples do poder, pelo contrário, por meio delas, se afirma o poder instituinte.

Esses diferentes arranjos na distribuição de poder se expressam, por exemplo, nas manifestações e atos de rua. Nas atividades dos movimentos tradicionais, há carros de som nas quais as lideranças se posicionam acima do público e se utilizam de um aparato técnico para potencializar sua voz. Por isso, como se sabe, as manifestações convocadas por movimentos autônomos os carros de som foram abolidos.

O princípio da horizontalidade, segundo o qual deve se evitar que indivíduos e grupos possam criar relações verticalizadas de poder, pelas quais líderes possam dirigir o movimento implica, também, em uma crítica da representatividade. A assimetria de poder dos pólos base e liderança é análoga à assimetria de poder entre representado e representantes. Por isso, ao invés de se fazer representar por líderes e políticos profissionais, a tradução em termos táticos dos princípios da autonomia é a ação direta.

A tática da ação direta pode ser empregada de diversas formas: bloqueios, piquetes e ocupações. A ocupação utilizada pelos secundaristas é uma tática bastante comum do repertório dos movimentos sociais. O MST (Movimento dos

Trabalhadores sem Terra) faz ocupação de terra improdutiva como uma forma de pressionar os governos a fazerem reforma agrária, o mesmo acontece com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e outros movimentos que lutam pela habitação urbana.

A partir de 2011, o *Occupy Wall Street* e as ocupações de praças e locais públicos nos EUA, as ocupações de praças pelo movimento 15M, na Espanha, colocaram na berlinda a tática da ocupação. Entre as ocupações de 2011 que questionavam a austeridade e os limites da democracia representativa e o ano de 2015, ano em que os secundaristas ocuparam as escolas em São Paulo, houve as Jornadas de Junho.

As relações entre as Jornadas de Junho e as ocupações secundaristas são claras. Para utilizar um conceito de Tarrow (2009), as Jornadas de Junho abriram um *ciclo de protestos* do qual o levante secundarista é parte e que não há nenhuma possibilidade de afirmar quando terminará. Em 2016, os estados de Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul tiveram uma onda de ocupações de escolas tão contundentes quanto a de São Paulo.

O MPL (Movimento Passe Livre), que cumpriu um papel *dirigente* na campanha pela redução do valor das passagens de transportes públicos, é um movimento autônomo. Muitos integrantes do MPL que deixaram o movimento se engajaram no coletivo autonomista Mal-Educado, grupo formado por secundaristas que exerceu um papel importante em ocupações de escolas que se tornaram referências entre as escolas ocupadas, dentre elas, a Fernão Dias, situada no bairro paulistano Pinheiros. Foi iniciativa de membros do Mal-Educado a tradução do panfleto “Como ocupar um colégio?”, utilizado nas ocupações dos estudantes chilenos e que teve grande circulação entre estudantes paulistas.

Em junho de 2013, O MPL se utilizou de bloqueios de ruas e avenidas cruciais para a circulação na cidade de São Paulo, acabou por produzir uma ocupação política do espaço urbano que mudou a cultura política da cidade e do país. Antes das Jornadas de Junho, circulava nos meios de comunicação corporativos a ideia de que não se devia ocupar o espaço público com manifestações, aquela mais conservadora não se envergonhava em propor um *protéstodromo*, lugar esse distante de tudo e todos.⁶

Assim, entre as Jornadas de Junho e as ocupações secundaristas, há vários elementos de continuidade. A organização autônoma de setores da juventude que, por meio da ocupação de ruas, avenidas, espaços e equipamentos públicos, reivindicam pautas que são amplamente apoiadas pela população, tais como o direito à mobilidade e à educação, e que logram êxito em suas campanhas. Por último, vale lembrar que a vitória política possui um valor pedagógico, além de encorajar outros setores a trilhar o mesmo caminho dentro de um ciclo de protestos.

⁶ As Jornadas de Junho tiveram um resultado ambivalente, se por um lado garantiu legitimidade às manifestação e atos de rua e locais públicos, por outro, trouxe para o espaço público grupos que pedem intervenção militar ou que procuram impedir a manifestação de militantes e adereços de esquerda nos atos.

A experiência e o legado das ocupações das escolas na perspectiva dos estudantes

A forma descentralizada do movimento, a democracia direta com a tomada de decisão em assembleia e a distribuição igualitária nas tarefas foram aspectos característicos desse movimento. Há que se considerar que a agilidade na troca de informações, bem como a projeção do movimento na grande mídia, foram fatores que impulsionaram o movimento. Para exemplificar, destacamos o depoimento a estudante Lúcia⁷, que apontou que logo após a ocupação do colégio onde estudava, houve uma assembleia geral e que entraram em contato com a organização Mal-Educado e com outras escolas ocupadas no Estado e na região. As redes sociais foram utilizadas amplamente, como instrumento para a troca ágil de informações, de mobilização e orientação das ocupações.

Lúcia: A primeira coisa que fizemos, a partir do momento que a gente tirou todo mundo, já tinha feito assembleia geral, foi entrar em contato com o Mal-Educado. A gente entrou em contato com a primeira escola que foi ocupada do Estado [...] com algumas escolas de Santos, eu tinha alguns amigos de Campinas [...]. Foi bem legal entrar em contato, pedir informação... e aqui em [cita o município] teve até um grupo, entre vários alunos de todas ocupações [...], um mandava informação pro outro.

O movimento de ocupação mobilizou estudantes que, em sua absoluta maioria, não havia participado de nenhum tipo de mobilização ou movimento social anterior, isso por serem extremamente jovens. Os entrevistados por essa pesquisa tinham idade entre 14 e 17 anos. Esses estudantes, mesmo não tendo tido experiência em participação em movimentos sociais, desenvolveram no processo um senso de organização e de conscientização que ampliou a pauta das reivindicações para além do mero questionamento da reorganização. Nós apuramos que a resistência à proposta de reorganização surgiu como uma oportunidade, não apenas para contestar os prejuízos que traria para os estudantes e suas famílias, mas para também questionar as condições da escola e seu modo de organização. A situação de precariedade também aparece nos depoimentos, assim como também, a ausência de canais de comunicação e de processos democráticos que favoreçam o protagonismo estudantil.

Pedro: [...] eu nunca tinha participado de algum movimento, o que me motivou foi a possibilidade de colocar em prática as minhas ideias, porque eu não via um horizonte de possibilidade de luta e quando começou a mobilização pras ocupações, acabou com apatia da galera, a galera tava desanimada, e isso que motivou a todo mundo a falar sobre tudo que estava acontecendo, por que não era só aquilo, a gente já vinha amargando muitas coisa há muito tempo. [...] Então, [...] eu acho a reorganização foi estopim de uma série de fatores, que já vinha acontecendo, foi a vontade falar, a vontade de me expressar com aquelas pessoas que sofria da mesma coisa que eu, que estava no dia a dia sendo oprimido.

Viviane: outra coisa que incentivou, que deu vontade de ocupar, foi que a gente sabia que, mudando de escola, não ia melhorar [...] a gente ia

⁷ Adotamos nomes fictícios para todos os entrevistados.

perder o que é nosso e ia continuar cada vez pior, e isso foi o que deu muita vontade de mostrar que a gente tem voz, que a gente pode fazer alguma coisa, isso foi, quando as outras escolas começaram, quando a gente sentiu, que a gente também ia conseguir quando teve tudo isso, foi o que deu mais animo que querer ocupar.

Lúcia: [a reorganização] iria prejudicar muito os nossos amigos que moram numa área que não é tão perto da escola para a qual seríamos transferidos. Eu, pelo menos, já participei de outro movimento que foi o do aumento da tarifa de 2013, que teve um grande ato e que ele voltou atrás de novo [...] então eu, pelo menos, já sabia mais ou menos como era o manifesto.

Adriana: Eu acho que o que me motivou a ocupar o [cita o colégio] foi que eu me senti na obrigação de defender a escola. [...] A maioria dos alunos estavam muito acomodados, e a gente via tudo que tava acontecendo e ninguém parecia se interessar. Aí começamos a falar "não", a gente não pode ser assim, não podemos ficar quietos, é nosso direito à escola, eles não podem simplesmente mudar a nossa vida desse jeito... e teve muita crítica.

A experiência das ocupações e a organização das atividades desenvolvidas na escola, reforçou o protagonismo dos estudantes e a autonomia, tendo a participação nas assembleias e no processo decisório, como elementos fundamentais para que isso ocorresse. As relações horizontais estabelecidas nas ocupações foram produtoras de um novo sentido de pertencimento. Os depoimentos apontam que ampliou o nível de consciência sobre a importância da escola na vida dos estudantes. As novas rotinas e atividades acordadas pelo grupo parece ter despertado nos estudantes a compreensão de que a escola pode ser reorganizada e planejada de acordo com as necessidades e interesses dos estudantes.

O movimento de ocupação contribuiu para uma maior politização dos estudantes, assim como também, propiciou momentos para o aprendizado sobre as formas de luta e organização de um movimento social. Conforme destaca Pedro, foi um momento de “crescimento pessoal”.

Pedro: [...] eu acho que naquele ambiente [...] as pessoas amadureceram muito. Eu acho que foi um ambiente muito rico para gente aprender a como se posicionar fora dali, o movimento em si, a gente quis passar ele como horizontal, pra rebater toda essa ideia de que precisa ter [lideranças] [...] A gente tinha lideranças, mas a gente resolvia tudo em assembleias, então, todo mundo tinha suas ideias expostas e também todas as ideias tinha o mesmo peso sabe? Então, tudo que era feito ali dentro, era muito bem discutido entre a gente, então, sabe? Então, passar essa ideia de igualdade entre todo mundo, não tenha uma autoridade que define todo, sabe?

A participação e a tomada de decisão no coletivo foi uma nova experiência para muitos estudantes. Conforme destaca Diogo, “[...] foi uma experiência a mais, porque eu não sabia nada sobre isso, não sabia o que era ocupação, aprendi muita coisa sobre política, essas coisas dentro da escola e sobre a organização”. O estudante ainda relatou que nunca havia participado de nenhum movimento e que “esse foi o primeiro de muitos”.

Viviane ressaltou a questão da mudança dos papéis e do protagonismo estudantil na escola, destacando a importância da experiência de ter assumido o papel dos professores e de ter que assumir a condução da escola. Apontou que com a ocupação na escola pode “[...] aplicar tudo aquilo que os professores viviam tentando ensinar pra gente, coisas que a gente não tinha como aplicar na escola”. E segue exemplificando:

Viviane: [...] como a gente ia saber o papel de uma faxineira, sendo que a gente não está no lugar? Como entender o papel da professora, tentando manter a organização na sala, explicar o que acontece? Foi mais ou menos isso, a gente se colocando no lugar deles, a gente saímos de lá pessoas completamente mudadas.

A convivência, a organização das tarefas e os cuidados com a escola foram destacados por Isabel, que em seu depoimento relatou a preocupação e o cuidado dos estudantes com a escola. Gerou maior empatia e um estabelecimento de relações solidárias na escola. Ela relata: “[...] a gente dividia as atividades, fazia assembleia, votava, tinha uma rotatividade nos serviços que cada um realizava pra não ficar, sabe? [...] A organização foi incrível entre a gente [...] tinha muita empatia, todos ajudavam uns aos outros, tinha turnos, foi incrível”.

Aline destaca o desafio inicial para organizar as tarefas e a importância da assembleia geral na escola para a organização das atividades e das tarefas. Enquanto que João destacou o aspecto da convivência nas ocupações e sua importância para o que ele chamou de “desconstrução do padrão” referente à homofobia, ao machismo e ao racismo na escola.

Aline: Então, quando nós ocupamos a escola, no começo pra organizar tudo foi, nossa, um desastre! Porque todo mundo chegou "Ah! Ocupamos a escola". Ninguém queria fazer nada. Aí que começou a assembleia. Nós sentávamos juntos, conversávamos, cada um dava sua opinião, e assim foi montando. Cada um com um papelzinho e uma canetinha. "Ah, hoje você vai lavar o banheiro" "Hoje você vai fazer isso" "hoje vai fazer aquilo" e assim tornou um negócio muito legal ali. Porque ficou muito bem organizado no final.

João: Eu acho que uma coisa muito interessante que rolou nas ocupações foi a desconstrução de vários problemas que tinham. Na ocupação teve gente que entrou racista, machista, homofóbica e saiu totalmente diferente. Rolou uma desconstrução muito legal [...] Eu vi que a convivência influencia muito no modo de ver das pessoas. [...]

A “desconstrução do padrão” apontada por João foi reforçada em outros depoimentos. A questão da liberdade para se expressar e poder interferir nos rumos do movimento nas decisões coletivas tomadas em assembleias, permitiu que os estudantes vivenciassem, em certo sentido, uma experiência de autogestão, contrária ao modelo burocrático heterogerido e disciplinar das escolas, ou do modelo gerencial da SEE. Os estudantes puderam vivenciar nas ocupações uma experiência como sujeitos autônomos dentro da escola, participando das tarefas, organizando e propondo atividades. Foram sujeitos ativos na organização do tempo, do espaço, do currículo e da gestão da escola.

Segundo Lúcia, a assembleia geral nas ocupações ajudou o aluno a “[...] desconstruir esse padrão de professor fala e ele fica quieto”. Ela relata que nas

primeiras assembleias poucos falavam. “A galera meio que tinha aquele medo 'ah, será que?' Tá ruim isso, mas não vou falar”. Mas que, com o passar do tempo, essa relação foi se desconstruindo e que já nos últimos dias da ocupação todos queriam falar e destaca que “[...] graças à assembleia geral todos os dias da ocupação mudou muito esse modo padrão de ser”. Carina, destaca a importância das assembleias para a divisão das tarefas nas escolas ocupadas. “[...] Todo mundo decidia o que ia fazer durante o dia. Logo pela manhã a gente dividia as tarefas. Tipo: 'Eu vou lavar o banheiro hoje, quem pode me ajudar?' E o pessoal mesmo se prontificava a fazer alguma coisa. Tudo era na base da conversa.” E conclui: “[...] todo mundo opinava. Não tinha quem ficasse quieto [...]”

Viviane, em seu depoimento, destaca que a ocupação propiciou um momento para que os estudantes pudessem aprender “[...] mais do que no dia a dia na escola, de uma forma livre, de uma forma que a gente realmente quis, uma forma organizada pela gente [...]” e não “[...] naquela forma quadrada de ensinar na sala de aula com tudo quadrado [...]”. Na mesma linha, Lucia relata:

Lúcia: [...] a gente teve aulas que a gente nunca ia ter numa escola em horário normal. A gente discutiu e falou sobre o que a gente queria numa escola de verdade. A gente levou vários movimentos na escola. Teve sarau. Aquilo, pra gente que viveu na ocupação, foi a verdadeira escola dos nossos sonhos que a gente queria. A gente aprendeu a conviver de fato com todo mundo. [...] A gente aprendeu a amar, e foi tipo uma família a escola [...].

Para os estudantes que participaram da pesquisa, a organização das atividades e os cuidados com a escola se contrapunham à abordagem do movimento apresentada pelo governo na grande mídia. Sobre os problemas relacionados aos danos ao patrimônio público e aos problemas pontuais ocorridos, principalmente as denúncias de depredação das escolas com as ocupações, Diogo aponta que “[...] sobre esse negócio de depredação da escola que estavam dizendo, a mídia disse tantas coisas que não aconteceu”. Ao contrário, segundo seu relato, na escola tudo era bem organizado, pois

Diogo: [...] tinha horário certinho, semanalmente tinham as regras; sobre limpeza, cada um fazia uma coisa, nós montava grupo de cinco pessoas, cinco limpava o pátio, cinco limpava cozinha, cinco limpava o andar de cima, sempre era assim, sempre bem organizado, depredação nada [...].

Pedro destacou que a ocupação ajudou a esclarecer o “[...] posicionamento político da mídia”, e seguiu dizendo que apresentava uma abordagem dos fatos sobre as ocupações “totalmente ao contrário” do que estavam vivenciando concretamente nas ocupações, sobre principalmente a questão da depredação. O estudante ainda destacou que, em razão disso, os estudantes perceberam que tinham que cuidar de fazer “[...] nosso próprio veículo de comunicação; a gente viu que nós tinha que propagar as nossas informações”. Com o propósito de contrapor a abordagem do governo e da grande mídia, ele destaca que “[...] a gente usou a internet, que é nossa possibilidade de mostrar pra todo mundo de forma democrática o que estava acontecendo ali [...]”. Segundo seu depoimento, foram organizadas páginas sobre as ocupações, que permitiram mostrar como “estavam organizadas as ocupações”.

Apesar de ter sido manifestada nos depoimentos anteriores, vale destacar que o movimento de ocupação provocou transformações no modo de “pensar e ver as coisas”, como nos fala Isabel, e que o processo de planejar a ocupação para alcançar os objetivos do movimento abriu espaço para o diálogo entre os estudantes e com os professores. A união do professor com aluno foi importante,

Isabel: [...] porque não é só o aluno que vive diariamente a precarização no ensino público. Então, tipo, pra mim, eu acho que marcou muito foi essa união de professor e aluno, da gente poder compartilhar as ideias que eles têm da educação, e a gente conseguir reconhecer, mesmo não sabendo o que a gente quer ao certo[...].

Na mesma direção segue o depoimento de Viviane. Para ela, os cuidados e a organização da escola (“como se fosse a casa da gente, sabe?”) foram motivados pela compreensão de que poderiam perdê-la. Conforme ela aponta, “[...] ninguém tava lá pra bagunçar” e que cada um “[...] sabia que precisava manter a escola organizada, a gente sabia desse cuidado, porque a escola era pra gente, a gente estava lutando pra não perder [...]”. Ela segue dizendo “[...] que não pensei que a escola ia ficar da forma que ficou, tudo que a gente aprendia, que a gente não consegue colocar em prática, gente conseguiu”. Conforme seu relato, com a organização do movimento na ocupação da escola vieram os elogios e o reconhecimento por parte dos pais e professores, que ao verem “[...] como a gente tava organizado” e de uma forma “[...] que eles não viam no dia a dia na escola no período de aula. Então, a gente saiu totalmente diferente, porque quando a gente pode aplicar aquilo que a gente sabe, é mostrar realmente aquilo que a gente é, o que na escola a gente não consegue [...]”. Para Diego, “[...] muitos alunos até amadureceram mais depois dessa ocupação, até eu mesmo, cheguei lá, não sabia de nada, agora eu tô conhecendo mais coisas, estou aprendendo mais sobre essas coisas [política]”. Viviane destaca a mudança comportamental dos estudantes, pois para ela “[...] deu pra ver uma enorme diferencia do comportamento de todos, porque eles não conseguiram mostrar como eles eram no dia a dia [...] Houve sim uma mudança completa, a gente pôde ver a mudança dos alunos. [...] Eu acho que mudou cada um que estava lá”.

Pedro ressalta as mudanças no senso crítico dos estudantes, a maior politização dos que participaram das ocupações. As ocupações e a percepção sobre as mudanças na postura dos alunos na ocupação os fizeram questionar o modelo de escola. Ele diz que “[...] comecei a me questionar se eram os alunos ou se era o modelo de escola, que estava errado, sabe? Eu acho que às vezes não eram os alunos que não tinham disciplina, mas que eles não se enquadravam naquilo que foi imposto a ele, sabe?” Para ele “[...] muitos dos alunos desses que eram vistos como alunos ruins, melhoraram demais assim, porque eles viram que a escola era um espaço onde eles também fossem aceitos, sabe?”. Conforme seu depoimento, o movimento das ocupações criou um contexto, uma situação que favoreceu essas mudanças. “Esses alunos melhoraram demais, com maturidade, com senso crítico, com senso político, viram o que estava acontecendo em sua volta que não era só isso, tinha todo um contexto pra aquilo acontecer [...]”.

Lúcia reteve de sua vivência e participação na ocupação a maior clareza e a confirmação de que “o jovem tem voz”. Ela aponta que

Lúcia: [...] o conformismo acabou e isso foi uma motivação a mais para dizer que se a gente lutar, a gente vai conseguir [...] e nós conseguimos fazer o governo voltar pra trás. Então isso é um sinal de que sempre que a gente tiver lutando, a gente vai conseguir opinar pelo que a gente quer, pelos nossos direitos [...].

Outro ponto interessante a ser destacado é o da relação dos estudantes nas escolas ocupadas com seus pais. Os depoimentos revelaram que o movimento fez com que os pais fossem mudando de ideia, passando depois a apoiar. Em seu depoimento, Glauber relata o caso de um pai que foi até a escola acusando os estudantes de depredação e que ao participar de uma atividade organizada pelos estudantes com professores e alunos de uma universidade pública, mudou de ideia. Tanto que ele não queria deixar a filha dele ir e, a partir desse momento, ela começou a participar, começou a ajudar e levou mais um pessoal do grupo de amigos dela. "E o movimento ficou até maior [...]", completa Glauber.

Sara disse que a mãe ficou "receosa" sobre sua participação, sobre como os meninos e as meninas iam dormir na escola. Ela relata que na escola dela "[...] teve uma sala que ficou para os meninos, e outra pras meninas". Conforme seu relato, no começo alguns pais "[...] ficaram meio com medo" e com dúvidas. No entanto, depois, "[...] quando viram que os alunos tiveram responsabilidade, acho que mudou bastante a visão dos pais e teve bastante colaboração". Helena, da mesma forma, aponta a preocupação inicial de seus pais, destacando que naqueles dias dormiu mais na escola do que em casa. E conclui dizendo que "[...] era pra ser uma segunda família, mas acabou tornando uma primeira porque eu vivia lá direto. Foi bem gostoso. Foi uma coisa que eu sinto falta. Sinto falta da união que a gente tinha lá. Fiz bastantes amigos lá [...]". Glauber disse que de início sua mãe foi resistente à sua participação por ter preocupações com a violência e a responsabilização dos estudantes por possíveis depredações na escola. Ele diz que "[...] ela ficou meio preocupada na primeira noite que eu dormi lá, mas no dia seguinte, ela apareceu de surpresa pra ver como que estava. Ela viu, entendeu e apoiou". Em seguida relata que ela depois passou a ajudar com mantimentos e a cozinhar na escola.

A relação com apoiadores externos também se constituiu como um diferencial do movimento. O movimento se destacou pelo grau de autonomia em relação ao movimento estudantil tradicional e também aos partidos, aos políticos e ao sindicalismo. Pelo que foi apurado, houve uma aproximação desses atores nas ocupações, que se deu pela doação de mantimentos e outros insumos e recursos necessários para os estudantes nas escolas ocupadas. Josué destaca que houve uma aliança com a Apeoesp e com alguns vereadores do município. No entanto, afirma que não mantinham contato "[...] para eles darem dicas de como a gente ia administrar a ocupação, esse tipo de coisa. [...] A gente não deixou em nenhum momento eles entrarem dentro da escola ou tomarem decisões por nós [...]", e segue dizendo que "[...] foi só pra isso mesmo que a gente fez meio que uma aliança com pessoas de fora, não foi nada de, como eles chamaram, massa de manobra, que era pra tomar decisões por nós". Na mesma direção, Lúcia disse que os apoiadores não participavam da tomada de decisão. Ela falou que os únicos que entraram na escola, no primeiro dia, foram os professores, mas que não ficaram e nem influíram nas decisões. Disse que os estudantes disseram aos

professores: "Vocês entraram, viram que a gente está bem, tá tudo OK? Vocês vão embora! OK!". Disse que os estudantes receberam muita ajuda, mas que "[...] ninguém tava lá pra tipo: ah, faz isso! Faz aquilo! O movimento vai melhorar se fazer isso...". A estudante concluiu dizendo que foi um "movimento exclusivamente secundarista".

O retorno para a escola e a defrontação com as rotinas e o esquema organizacional da escola, apesar da maior politização dos jovens sobre a escola e o sistema de ensino, ocorreu com alguma tensão com a direção e professores. Em seus depoimentos os jovens falam que se sentiram mais pressionados e marcados pelo corpo dirigente e por parte dos professores. As ocupações, contudo, foram desencadeadoras da maior consciência dos jovens sobre seus direitos na escola, pois nos dias em que ficaram nas escolas também passaram a estudar a legislação, fundamentalmente sobre as concernentes ao grêmio estudantil. Sara diz que "[...] a gente estudou bastante sobre artigos e leis que o grêmio tem direito na escola, [...] a gente estudou muito sobre isso e viu o que pode e não pode fazer [...]". No entanto, relata que no começo desse os estudantes que participaram das ocupações foram afastados do grêmio. Ela diz:

[...] eu participei de uma reunião com os líderes de classe do ano passado e lá foi colocado que os alunos que eram do grêmio não participariam mais; justo nós, que participamos da ocupação, que fazíamos o jornal e acompanhava tudo na escola, agora não podem mais participar por que nós participamos da ocupação [...]. Então vamos ter que ir lá de novo, conversar, por que o diretor está, tipo, com uma rixa com os alunos agora.

Guilherme disse que "[...] depois da ocupação, sentimos que ficamos bem marcados na escola por conta de ter organizado e tudo". No entanto, apontou que está participando do grêmio estudantil e que esse ano

Guilherme: [...] vamos começar com palestras e mais debates porque esse movimento tem que continuar na escola [...]. Pra conscientizar quem está chegando na escola agora, tem bastante alunos novos. E antes mesmo da ocupação eu quero ressaltar aqui que na nossa escola a gente já fez bastante debate sobre feminismo, homofobia e violência contra a mulher [...].

Para finalizar, relata que os estudantes, uma "[...] coisa interessante depois da ocupação foi ver alunos mais interessados na política".

Para Pedro, os contatos com os colegas das outras escolas e a luta pela melhoria do ensino público deve continuar pois para ele,

Pedro: [...] daqui pra frente é a gente manter contato entre as escolas no município e intermunicipal também pra que fortaleça ainda mais a nossa luta, não só contra a reorganização, mas pra melhoria do ensino público, pra todas as propostas que a gente tem, curricular, da forma como se organiza a escola, enfim, vários outros aspectos que a gente tem como pauta das nossas reivindicações. Então é manter essa comunicação e não deixar esfriar essa chama e passar isso pra quem tá vindo agora, porque a galera, por mais que viu, as vezes não entendeu. É manter a divulgação na rua. O que eu senti das manifestações, foi uma coisa muito humanitária, sabe? Que humanizou todo mundo, que eu acho que a escola se tornou um ambiente muito frio e na ocupação ela

se tornou uma coisa mais sentimental. E eu acho que é manter esse sentimento e que ele se perpetue. Que ali seja não só um espaço pra compartilhar informação, mas também pra compartilhar emoção, pra compartilhar a evolução da pessoa como um tudo.

O estudante Rodrigo relatou que sentiu uma grande mudança pessoal, destacando o amadurecimento que teve e o aprendizado que obteve na convivência com “movimentos políticos”. Ele contou que do movimento participaram não apenas jovens do ensino médio, mas também crianças do ensino fundamental, que isso o fez ver “[...] que tem uma geração que tá realmente começando a mostrar que tem um certo interesse em mudar, em lutar pelo que tá incomodando”. Ele continua: “[...] a gente sabe muito bem que assustou muita gente [...] ninguém esperava e ninguém acreditava. Isso eu acho que foi a maior mudança. Conseguimos mostrar que a gente tem uma força muito maior do que imagina”.

Considerações finais

O movimento de ocupação das escolas promovido pelos estudantes secundaristas, pelo que apuramos, desencadeou um processo político criador de novos sentidos e de novos conteúdos. Para além da contestação à proposta de reorganização que afetaria os direitos dos estudantes, a mobilização emergiu como oportunidade para ocorresse a ampliação da pauta para uma contestação mais profunda da situação da escola quanto a sua organização e das relações de hierarquia e poder nela estabelecidas.

As ocupações possibilitaram o surgimento de experiências práticas de democracia radical. Elas promoveram a ruptura de um cotidiano escolar em que essas práticas eram exceção e, ao mesmo tempo, que apontam para outras possibilidades de organização da escola fundada em princípios democráticos que valorizem o protagonismo dos estudantes. Afirmamos isso porque nas escolas ocupadas os estudantes puderam vivenciar uma experiência única de sujeitos ativos na organização do tempo, do espaço, do currículo e da gestão da escola.

Pelos depoimentos apuramos que as relações horizontais estabelecidas nas ocupações foram produtoras de um novo sentido de pertencimento e uma nova percepção sobre a escola. O modo como os estudantes organizaram suas atividades por meio das assembleias e de decisões coletivas despertou uma compreensão de que a escola pode ser reorganizada de forma diferente, segundo as suas necessidades e interesses. Consideramos, por fim, que as ocupações contribuíram para uma maior politização dos estudantes, assim como também, propiciou momentos para o aprendizado sobre as formas de luta e organização.

Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. *Lua Nova - Revista de Cultura Política*, n.º.45, 1998.

MESKO, A. de S. R.; PIOLLI, E. (Des) caminhos da educação pública no Brasil. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 17, n. 3, dez. 2015. ISSN

1676-2592. Disponível em:
<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8642329>>.
Acesso em: 20 abr. 2016.

RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SÃO PAULO/SEE. Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. In:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57141-18.07.2011.html>>. Acesso em 13/04/2016. 2016a.

_____. Decreto nº 57.571/2011, de dezembro de 2011, que estabelece a composição para o Conselho Consultivo do Programa Educação Compromisso de São Paulo. 2011.

TARROW, S. *Poder em movimento*. Petrópolis: Vozes. 2009.

Recebido em: 07/07/2016

Aceito em: 20/07/2016